

LÍBERO

[DOSSIÊ]
JORNALISMO E CONHECIMENTO
EM TEMPOS DE CAPITALISMO PANDÊMICO
E DE EXPANSÃO DA DESINFORMAÇÃO

A necessidade e as dificuldades do jornalismo no contexto de crise das instituições epistêmicas

The need and difficulties of journalism
in the context of epistemic institutions' crisis

La necesidad y las dificultades del periodismo
en el contexto de crisis de las instituciones epistémicas

Sylvia Debossan Moretzsohn

Universidade Federal Fluminense | sylviamoretz@uol.com.br

Submissão: 6 out. 2021

Aceite: 16 nov. 2021

Resumo: Este artigo traça um quadro das transformações pelas quais o jornalismo vem passando desde o surgimento da internet e a constituição do complexo de infotelecomunicações, que fornecem a estrutura tecnológica para o atual “capitalismo de plataforma”. A partir daí, discute as possibilidades de realização da tese de Genro Filho (2012) sobre o jornalismo como forma de conhecimento voltado à emancipação humana, no contexto da crise das instituições epistêmicas e de ascensão da extrema-direita no mundo. Busca na formulação de Lisboa e Benetti (2015) sobre o jornalismo como crença verdadeira justificada as bases para a discussão sobre credibilidade, através da qual o jornalismo pode se tornar conhecimento. Assumindo a mesma perspectiva marxista de Genro Filho, indaga sobre os reflexos que as mudanças estruturais no capitalismo podem ter para uma eventual atualização de sua teoria original.

Palavras-chave: jornalismo; credibilidade; conhecimento; capitalismo de plataforma; marxismo.

Abstract: This article sums up the changes journalism has been going through since the emergence of the internet and the constitution of the info-telecommunications complex, which provide the technological framework for the current “platform capitalism”. Then, it discusses the possibilities of carrying out Adelmo Genro Filho's thesis on journalism as a form of knowledge aimed at human emancipation, in the context of the epistemic institutions' crisis and the rise of the far-right around the world. It seeks in Lisboa and Benetti's (2015) formulation of journalism as a justified true belief the bases for the discussion on credibility, through which journalism can become knowledge. Assuming Genro Filho's Marxist perspective, it asks about the consequences that structural changes in capitalism may have for a possible update of his original theory.

Key words: journalism; credibility; knowledge; platform capitalism; Marxism.

Resumen: Este artículo describe las transformaciones que ha experimentado el periodismo desde la aparición de internet y la constitución del complejo de info-telecomunicaciones, que proporciona el marco tecnológico para el actual “capitalismo de plataforma”. A partir de ahí, se analizan las posibilidades de llevar a cabo la tesis de Adelmo Genro Filho sobre el periodismo como forma de conocimiento orientada a la emancipación humana, en el contexto de la crisis de las instituciones epistémicas y el crecimiento de la extrema derecha en el mundo. Busca en la formulación de Lisboa y Benetti (2015) sobre el periodismo como creencia verdadera justificada las bases para la discusión sobre la credibilidad, a través de la cual el periodismo puede convertirse en conocimiento. Asumiendo la misma perspectiva marxista que Genro Filho, indaga sobre las consecuencias que los cambios estructurales en el capitalismo pueden tener para una eventual actualización de su teoría original.

Palabras clave: periodismo; credibilidad; conocimiento; capitalismo de plataforma; marxismo.

Introdução

Reiterar a necessidade do jornalismo para a vida social no mundo contemporâneo, tanto maior quanto mais se ampliam os canais de disseminação de notícias falsas e se instala um ambiente caótico, de profunda incerteza e insegurança informativa, já se tornou um lugar-comum. O jornalismo seria o responsável por distinguir o verdadeiro do falso, fornecendo a informação confiável para que as pessoas possam se situar no mundo, e, se adotarmos uma perspectiva marxista – que certamente não é a única neste sentido, mas tem características muito próprias em seu projeto de emancipação humana –, também desenvolver uma consciência crítica que ajude a transformá-lo.

O problema, como sempre, é como realizar tal necessidade.

Em primeiro lugar, mesmo que não considerássemos os interesses e os constrangimentos envolvidos na produção noticiosa, o compromisso iluminista de esclarecimento sempre exigiu o empenho de “pensar contra os fatos” (MORETZSOHN, 2007) – isto é, contra a aceitação do mundo “tal qual é” –, e, por isso, confronta o jornalismo com a dificuldade de lidar com a imediaticidade dos fatos com um distanciamento capaz de oferecer elementos de crítica ao que o senso comum naturaliza. Com o surgimento da internet, a proliferação das mídias sociais e a consequente formação de redes virtuais, essa dificuldade se amplia imensamente. Porque:

- 1) o jornalismo perde o seu tradicional lugar de referência como produtor de informação confiável – e o fato de tantas vezes, ao longo da história, ter fraudado essa promessa favorece o discurso que desqualifica essa atividade;
- 2) os algoritmos passam a atuar como os novos definidores do agendamento antes estabelecido pelas empresas jornalísticas;
- 3) as fontes e os anunciantes passam a ter condições de atingir seus públicos sem a mediação das empresas jornalísticas, o que, além de tudo, tem evidente impacto em sua fonte de financiamento;
- 4) o ambiente das redes estimula a ilusão da “horizontalidade”, que apaga hierarquias e relações de poder, alimentando a ideia de que, agora, “todos” estaríamos em pé de igualdade para comunicar, como se a prática do jornalismo não exigisse competências específicas, responsabilidade e ética;
- 5) a perda do *status* de mediador da informação pública – considerando que, agora, qualquer pessoa com acesso à internet está potencialmente em condições de divulgar qualquer coisa – reduz o poder de influência do jornalismo comprometido com a ética: o filtro fundamental dos tempos anteriores a essa tecnologia já não produz o mesmo efeito porque agora é possível escapar dele e é irreparável o estrago feito, proposital ou involuntariamente, pela publicação de informações falsas, difamatórias ou que ferem direitos individuais ou coletivos;
- 6) a internet abre um campo inédito para produção, circulação e consumo de informação, que potencialmente amplia a possibilidade de conhecimento, mas ao mesmo tempo provoca uma radical dispersão de atenção dos usuários;
- 7) as redes sociais tendem a constituir bolhas autorreferentes, que contrariam o potencial de abertura para o mundo oferecido pela nova tecnologia, embora a criação de bolhas não devesse surpreender, porque reproduz a dinâmica social

anterior à internet, de associação de pessoas em torno de interesses e crenças comuns;

- 8) os algoritmos atuam na conformação dessas bolhas e induzem o tipo de informação que cada pessoa deve consumir e disseminar;
- 9) a internet convida ao imediatismo e propicia a simultaneidade, que dificultam o distanciamento necessário a um mínimo de reflexão e incitam ao compartilhamento automático de informações sem qualquer verificação, o que é um campo fértil para a propagação das chamadas *fake news*, por mais que estas não sejam um fenômeno recente – pelo contrário, acompanham a história da humanidade, da mesma forma que sua eficácia se confunde com a tendência da humanidade ao autoengano. Por isso, também, o equívoco da utilização da expressão “pós-verdade” como “novidade” a definir o tempo atual como aquele em que as crenças prevalecem sobre as evidências, embora seja necessário assinalar, como faz Perini-Santos (2021, p. 228, tradução nossa), que “pelo menos parte do que se classifica como ‘pós-verdade’ é a recusa de se submeter a especialistas”, o que tem diretamente a ver com a defesa da autonomia individual tomada como valor absoluto e que se traduz, entre outras coisas, na exortação a que cada um faça sua própria pesquisa, escondendo-se o papel dos algoritmos na oferta customizada dos resultados dessa busca e na indução a respostas falsas, que prevalecem devido à própria estrutura das plataformas e ao seu estímulo ao *click-bait* e que, no caso atual da pandemia de coronavírus, tem produzido resultados catastróficos.

Investigar essa tendência histórica ao autoengano (GIANNETTI, 2005) é uma necessidade que, entretanto, não pode ser enfrentada a não ser numa pesquisa de longo prazo. Por ora, bastam algumas notas que a indiquem e possam apontar o alcance do problema posto ao jornalismo entendido como forma de conhecimento: trata-se de encarar algo que não se situa no terreno do confronto de argumentos, mas envolve crenças arcaicas, que ressurgem em momentos de crise. E o momento atual é o de “destruição da base comum, tanto epistêmica quanto moral” (PERINI-SANTOS, 2021, p. 242, tradução nossa), que cria mundos paralelos e inviabiliza qualquer debate.

Este artigo questiona, a partir do contexto acima descrito, as possibilidades de realização da proposta de Genro Filho (2012) do jornalismo como forma de conhecimento. Busca na formulação de Lisboa e Benetti (2015) sobre o jornalismo como crença verdadeira justificada as bases para a necessária discussão sobre credibilidade. E, assumindo a mesma perspectiva marxista de Genro Filho, indaga sobre os reflexos que as mudanças estruturais no capitalismo podem ter para uma eventual atualização de sua teoria original.

A afirmação de uma teoria marxista

Ao definir o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, Genro Filho abriu um campo muito fértil, entretanto até hoje pouco explorado, para a averiguação das potencialidades revolucionárias dessa prática profissional. Escreveu numa época em que ainda se falava em revolução, e não viveu para ver esse horizonte estreitar-se radicalmente com a consolidação do neoliberalismo e com a tese do “fim da

História”, que só tinha mesmo o sentido ideológico de silenciar a crítica ao sistema pelo convencimento de que não havia alternativas. Tantas décadas depois, a crise do capital é muito evidente e põe em causa a própria sobrevivência do planeta. Buscar formas de superá-la – isto é, recuperar a perspectiva revolucionária – exige compreender as mudanças pelas quais o capitalismo passou, ao longo do processo de ascensão do capital financeiro e das profundas alterações no mundo do trabalho. Exige, especialmente, e em particular para quem trabalha com o jornalismo e a comunicação, compreender o reflexo dessas mudanças no campo ideológico, com o recrudescimento de um irracionalismo que atinge alcance inédito com as manifestações nas plataformas digitais e que é estimulado pelas forças de extrema-direita pelo mundo afora.

Digo que a proposta teórica de Genro Filho foi até agora pouco explorada porque frequentemente se ignora sua base marxista¹, como notou Souza (2016, p. 88), ao assinalar “a absorção epistemológica da defesa do jornalismo enquanto ‘forma social de conhecimento’ e um quase total esquecimento das noções de práxis e do papel do jornalismo na construção de uma sociedade emancipada”. De fato, tornou-se recorrente a referência ao jornalismo como “forma de conhecimento”, como se fosse algo consensual e autoevidente, e como se não houvesse distinção entre a formulação marxista e a pragmática de Park, que Genro Filho aponta como funcionalista² e da qual deriva sua proposta. Pontes (2015), na tese em que expõe a trajetória de jornalista-militante do autor brasileiro e analisa criticamente a sua principal obra, mostra que alguns pesquisadores chegaram ao ponto de pretender descartar o enfoque marxista/luckacsiano dessa proposta teórica, como se ela pudesse existir em outras bases. “Em suma”, diz Pontes (2015, p. 303), “os conceitos são utilizados usurpando-lhes os sentidos, traindo sua gênese, retirando-os do sistema em que foram propostos”. É também significativo que mesmo pesquisadores como Henriques (2014, p. 31), que compreendem e sintetizam com clareza o sentido da proposta de Genro Filho, digam que o autor desenvolve “uma abordagem teórica própria”, esquivando-se de nomeá-la como marxista.

Esse esquívamento provavelmente resulta do receio a uma reação preconceituosa que a palavra “marxismo” ainda desperta em muitos círculos acadêmicos, em parte pelo desconhecimento ou pela má compreensão da obra de Marx, o que gera distorções há muito tempo incorporadas ao senso comum. Isso decorre basicamente de dois problemas: a publicação tardia de textos essenciais de Marx para a compreensão de seu pensamento e a predominância do positivismo entre o final do século XIX e o início do XX, inclusive entre os responsáveis pela vulgarização – no duplo sentido de “disseminação” e “deturpação” – das ideias de Marx, com o agravante de que, desde a vitória da Revolução Russa,

¹ É, em muitos casos, o mesmo que ocorre nas pesquisas que adotam Gramsci como referência. Seu conceito de hegemonia é largamente utilizado nos estudos de comunicação e jornalismo, porém, frequentemente, dissociado da raiz marxista que o sustenta e despido de implicações políticas. Valorizado como teórico da cultura, é como se essa dimensão de sua obra pudesse ser autonomizada e isolada de sua perspectiva revolucionária.

² Como argumenta Pontes (2015, p. 399-406), Park não era um funcionalista. Vinculava-se mais ao pragmatismo culturalista de Dewey, embora sua formulação sobre o jornalismo como forma de conhecimento tenha aspectos funcionalistas, decorrentes de uma compreensão empírica da realidade cotidiana, que o leva a enxergar como imutáveis as características estruturais da sociedade estadunidense.

essa vulgata passou a se subordinar ao objetivo de legitimação do Estado soviético e, com Stalin, transformou-se em doutrina, esvaziada de qualquer sentido crítico. Consolidou-se, assim, uma interpretação economicista e determinista da obra marxiana, que conduziu a equívocos presentes até hoje.

Mas há outro problema essencial, relativo à compartimentação do saber, que começava a se delinear quando Marx iniciava a formulação de sua teoria. Como diz Mészáros (2006, p. 21), o que Marx propõe, e esboça desde muito jovem, é uma nova “ciência humana”, contraposta “à universalidade alienada da filosofia abstrata, de um lado, e à fragmentação e à parcialidade reificada da ‘ciência natural’, de outro – do ponto de vista de uma grande ideia sintetizadora: ‘a alienação do trabalho’ como a raiz causal de todo o complexo de alienações”. Ainda de acordo com Mészáros (2006, p. 201-207), vista dessa forma – portanto, na contramão da interpretação que prevaleceu por muitas décadas e que opunha o “jovem” humanista ao “velho” teórico empenhado na crítica da economia política –, a obra marxiana segue uma linha de continuidade ancorada no conceito de alienação. Dessa perspectiva, o que Marx produz ao longo da vida é uma ontologia do ser social, a partir do estudo da forma mais desenvolvida de sociedade, que é a sociedade burguesa.

A apreensão da obra de Marx exige também a atenção à sua estrutura dialética, fora da qual, como diz Mészáros (2006, p. 18-19), “seus conceitos fundamentais simplesmente não podem ser entendidos”. Tampouco seu método é um protocolo aplicável a qualquer objeto. Pelo contrário: por compreender, desde muito cedo, a historicidade das relações humanas e a dialética que as rege, ele conclui que seu objeto – a sociedade burguesa – não é um “todo” constituído por partes integradas, mas uma totalidade de máxima complexidade e em permanente movimento, que se transforma e põe problemas *novos*, e por isso não pode ser apreendida por um esquema formal-explicativo (NETTO, 2012, p. 30). Por isso, também, não opera com definições: busca descobrir as determinações que caracterizam o seu objeto, e esta é uma descoberta progressiva, justamente porque seu objeto é dinâmico e se transforma. Assim, diz Netto (2012, p. 30), Marx não nos legou uma teoria social acabada, mas “*um complexo articulado de hipóteses verificadas e verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, sobre a gênese, a constituição, o desenvolvimento e as condições de crise da ordem social que se estrutura sobre o modo de produção capitalista*”. Uma correta apreensão da obra marxiana implica também a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática, pois as elaborações teóricas são processadas por um método que, ao investigar o objeto, enriquece a própria teoria, e esses avanços teóricos, por sua vez, redimensionam as exigências metodológicas. Por isso, trata-se, sempre, de uma abordagem teórico-metodológica (NETTO, 2011, p. 54-55).

São essas as bases nas quais se ancora a proposta de Genro Filho, e é por isso impossível compreendê-la sem assumir sua origem. Pontes (2015, p. 316) assinala que uma das principais dificuldades para sua compreensão está “na desconsideração ou desconhecimento da ontologia sobre a qual Adelmo Genro Filho erige seu pensamento”.

Está no cerne da explicação do autor uma nova propositura para o ser do jornalismo e, dialeticamente, para o que ele pode ser. E, nesse sentido,

afirmar o ser do jornalismo é destacar momentos predominantes, conceitos-chaves articulados à ontologia do ser social. Por conseguinte, a proposta de uma epistemologia do jornalismo encontra sua base na relação com as afirmações propriamente ontológicas do autor sobre o que é o ser social, nas vinculações estabelecidas por ele entre a prática jornalística e a dinâmica histórica da vida em sociedade. Essas afirmações fazem sentido com base no referencial escolhido pelo autor: o método histórico, dialético e ontológico de Marx (PONTES, 2015, p. 317).

O “ser” do jornalismo diz respeito à sua natureza, à sua gênese – identificada, modernamente, ao surgimento do capitalismo e à necessidade de produção e consumo de informações objetivas – e ao seu papel na história da humanidade. Se “inaugura historicamente uma nova possibilidade epistemológica”, o jornalismo requer uma teoria capaz de apanhá-lo “em sua conexão com categorias filosóficas, situando os aspectos histórico-sociais no contexto de uma reflexão de alcance ontológico sobre o desenvolvimento social” (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

O esforço teórico do autor está diretamente vinculado ao seu empenho em orientar jornalistas, em especial os de esquerda, e demovê-los da crítica simplista que via na atividade da imprensa (burguesa) apenas uma forma de manipulação ideológica (PONTES, 2015, p. 354), ressaltando a relevância do jornalismo informativo, porém num sentido distinto do adotado por Lage (1979, p. 26), que apontava o “conceito de verdade extraído dos fatos com o extraordinário poder de convencimento dos próprios fatos”. Exatamente por perceber “a dimensão ontológica dos *fatos sociais* antes mesmo de serem apresentados como notícias ou reportagens”, Genro Filho (2012, p. 45) afirmava a existência de uma “abertura de significado na margem de liberdade intrínseca à manifestação de qualquer fenômeno enquanto *fato social*”, e por isso haveria “um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja”. Daí a conclusão de que a clássica oposição entre relato e opinião é um falso problema.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo *fenômeno* (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma *pluralidade de fatos*, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

Jornalismo, credibilidade e crise epistêmica

Na perspectiva marxista adotada por Genro Filho, a forma de conhecimento produzida pelo jornalismo, cristalizada no singular – o fenômeno efêmero e irrepetível –, se

estabeleceria na relação dialética – portanto, jamais estanque – com o particular e o universal, tomado aqui “como condição de transformação e emancipação do gênero humano” (PONTES, 2015, p. 373)³. Mas isso diz respeito a uma determinada forma de se produzir a notícia. E a dialética não se dá apenas nesse campo, mas na relação entre produção, circulação e consumo – o que se complica enormemente no contexto atual.

Por isso é tão importante considerar a perspectiva do jornalismo como crença verdadeira justificada, algo que Garcia (2021) menciona de passagem e que Lisboa e Benetti (2015) desenvolvem mais detalhadamente, embora sem estabelecerem diálogo com a obra de Genro Filho, apenas citada na abertura de seu artigo. Ao sustentarem essa tese, as autoras introduzem a questão crucial da credibilidade – conceito costumeiramente usado automaticamente como um valor essencial para o jornalismo, como se fosse autoexplicativo. Indagar como o jornalismo se torna conhecimento é ainda mais relevante diante da crise epistêmica dos dias atuais, em que o descrédito de instituições e saberes referenciais, como o jornalismo e a ciência, vai de par com a atribuição de credibilidade ao que é flagrantemente falso e a um desvirtuamento do sentido da afirmação da autonomia individual, que desconhece o caráter social da condição humana.

As autoras afirmam que o jornalismo precisa cumprir três condições para se tornar um conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação. “Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 11). É através da credibilidade que esse processo se materializa, e aqui é essencial a distinção feita por Lisboa (2012) entre a credibilidade instituída (pelo veículo) e a percebida (pelo leitor): “Do ponto de vista epistêmico, o discurso jornalístico deve prover evidências acerca da sua autoridade e de suas intenções, que servem como um guia para o leitor formar juízos sobre seus relatos” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 12). Segundo as autoras, o empenho na demonstração e o uso de argumentos racionais obriga o discurso jornalístico, assim como o retórico, a recorrer ao que Aristóteles chamava de “universo de noções comuns”, compartilhado tanto pelo orador quanto pelo interlocutor. O discurso jornalístico retira sua legitimidade exatamente desse mundo comum compartilhado.

Como modo de conhecimento, o jornalismo é uma crença verdadeira justificada. Isso significa que o jornalismo se torna um conhecimento quando o sujeito qualifica o que antes era apenas uma mera crença, passando a tomar o discurso jornalístico como confiável, já que este discurso demonstra de forma justificada que diz a verdade ou que buscou, por meio de seus procedimentos técnicos e profissionais, chegar à verdade. A crença simples passa a ser uma crença verdadeira e justificada, ou seja, um

³ Pontes (2015, p. 462) considera que, de acordo com a teorização de Genro Filho, “somente uma parte do jornalismo pode ser conhecimento, a depender das circunstâncias de produção (e de recepção, incluíramos)”. É sem dúvida essencial inserir a recepção nesse processo, mas seria preciso também qualificar a ressalva: somente uma parte do jornalismo pode ser conhecimento *emancipador*, a depender da maneira como constitui a singularidade do que reporta – e por isso “permaneceria como uma potência” –, mas certamente o jornalismo hegemônico, que responde aos interesses dominantes e reitera o senso comum, também produz conhecimento.

conhecimento. No eixo operatório deste processo de transformação, está o conceito de credibilidade (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 22).

Essa profícua e inovadora abordagem sobre credibilidade traz um problema para a discussão proposta aqui: os critérios de credibilidade comumente aceitos estão enquadrados numa concepção acrítica dos procedimentos jornalísticos – por isso, aliás, são sempre tão questionáveis as pesquisas de opinião sobre a credibilidade da imprensa, que passam ao largo das justificativas para as respostas e trabalham com um pressuposto decorrente da ideia banalizada que Lisboa e Benetti contestam. Uma notícia que estimule a “pensar contra os fatos”, produzida na perspectiva emancipatória proposta por Genro Filho, sempre provocará algum incômodo, por abalar as convicções que o próprio jornalismo hegemônico ajudou a sedimentar no senso comum, e tende a não ser credível, porque tudo o que contraria o que é entendido como a “ordem natural das coisas” é visto como “ideológico” ou “manipulador”.

O outro problema é que esta abordagem se circunscreve, como não poderia deixar de ser – e como ocorre com o próprio trabalho de Genro Filho –, ao universo jornalístico. E, se queremos pensar nas possibilidades do jornalismo no contexto atual, precisamos ultrapassar esses limites. Antes, porém, seria necessário perceber o papel do jornalismo tradicional na configuração do quadro atual de disseminação da desinformação.

É extensa a produção acadêmica sobre o tipo de manipulação que resulta no que comumente se classifica como *fake news*. Uma das características básicas é o recurso ao testemunho⁴, como forma de atestar credibilidade ao que é falso. No entanto, diferentemente do que afirmam Sacramento, Santos e Abib (2020), não se pode dizer que estamos na “era da testemunha”: isto seria desconhecer a história do jornalismo moderno, que, originalmente, apelava justamente ao testemunho do repórter, frequentemente exagerado, falsificado ou francamente inventado (MORETZSOHN, 2007, p. 192-195), e este é mais um motivo para buscar na própria prática da imprensa tradicional as origens do devário atual.

Recuperar essa história é importante por vários motivos. Antes de mais nada, para demonstrar a linha de continuidade entre essa imprensa e o que se produz e se veicula nas mídias sociais, ao contrário da oposição recorrentemente alegada. Mas também para questionar o que também recorrentemente se afirma quanto à perda de credibilidade dos jornais: seria mesmo o caso de se indagar se este é um fenômeno recente, decorrente da crise do “modelo de negócio” instaurada com as alternativas proporcionadas pela internet. Afinal, essa credibilidade era compartilhada de modo geral ou se referia apenas à elite, a quem se endereçavam os nobres princípios do jornalismo, não por acaso tomados como referência, numa generalização impertinente ao jornalismo popular? Para retomarmos a distinção estabelecida por Lisboa (2012), seria preciso questionar como os diferentes públicos percebiam a credibilidade dos também diferentes jornais que consumiam.

⁴ Veja-se a esse respeito os argumentos de Demuru disponíveis em vídeos no YouTube (CICLO..., 2020; CONVERSAS..., 2020).

Este é também um problema para a teorização do jornalismo baseada exclusivamente no seu caráter “informativo”, como faz Genro Filho. Aliás, é interessante notar sua preocupação com a falta de diálogo entre “teóricos” e “práticos” – o abismo entre a produção acadêmica, então incipiente, e o que se exercia no cotidiano da profissão –, que está na origem do seu empenho em escrever *O segredo da pirâmide*, inicialmente concebido como um manual. Pois esse abismo, que permanece, sempre existiu também em relação a todo jornalismo que não fosse “de referência”, e agora junta-se a outro, resultante do mundo paralelo que emergiu nas redes sociais. Daí a necessidade de ultrapassar a discussão circunscrita ao universo jornalístico, se quisermos pensar sobre a eficácia dessa atividade e da teorização sobre ela.

Sob esse aspecto, a primeira constatação é a de que não há universo comum entre o jornalismo e quem o descarta como fábrica de mentiras, embora esteja justamente imerso no mundo paralelo das *fake news* e compartilhe de critérios que conferem credibilidade ao que é comprovadamente falso. Desse modo, a credibilidade continuaria a ser uma crença, mas não precisaria mais ser verdadeira, e se justificaria tautologicamente como forma de confirmá-la (MORETZSOHN, 2019, p. 578). Porém, no contexto atual, o quadro é ainda mais difícil justamente pela pura e simples rejeição do jornalismo por parte da parcela do público aderente ao discurso negacionista.

A nova realidade impõe a questão: como lidar com a crença convicta numa falsidade?

Para responder a essa pergunta, precisaríamos partir de uma questão mais ampla: por que as pessoas acreditam no que acreditam? A resposta – se for possível chegar até ela – exige uma pesquisa de longo prazo⁵, mas podemos imediatamente identificar as técnicas de distorção típicas da propaganda política, exacerbadas em regimes autoritários e radicalizadas nas várias formas de fascismo. Klemperer (2009) demonstrou como funcionava a linguagem do Terceiro Reich; Kakutani (2018) e Fuchs (2018), entre outros e em níveis distintos, trataram do que ocorre nos dias atuais, com a sofisticação dessas técnicas aplicadas à tecnologia e às plataformas digitais pelos governos de extrema-direita que começaram a proliferar neste século, entre os quais os de Donald Trump e de Jair Bolsonaro são os exemplos mais notórios. Opera-se uma inversão discursiva que promove a mentira em nome da verdade, como se verificou sistematicamente no comportamento desses dois governantes em relação à imprensa e às instituições democráticas, de modo geral – no caso brasileiro, os recorrentes ataques à mídia são uma apropriação canhestra da crítica historicamente produzida por pesquisadores, na academia e fora dela. Mas o mais significativo é a apropriação da ideia de dúvida, esvaziada da fundamentação iluminista original.

Durante a pandemia, isso ficou mais visível, porque nem os especialistas tinham certezas a oferecer. Machado et al (2020) deram como um dos exemplos o canal *Desperte – Thiago Lima*, que na época contava com mais de 1 milhão de assinantes e misturava símbolos místicos a apelos racionais: “Pense”, “Raciocine”, “Faça a sua escolha”. São apelos visíveis em perfis bolsonaristas na internet, que formalmente assumem o valor da racionalidade para invertê-lo e degradá-lo, do mesmo jeito que Bolsonaro justifica suas

⁵ É a isso que estou me dedicando em meu atual projeto de pesquisa.

sucessivas ofensas à democracia, a pretexto de defendê-la. Outro exemplo são os vídeos que circularam no início de 2021, contestando o uso de máscara, o *lockdown* ou a vacinação e exaltando a liberdade individual.

Por isso é tão importante atentar para a crise das instituições epistêmicas que marca o mundo contemporâneo. Perini-Santos (2021) demonstra que, tradicionalmente, as crenças respondem a razões epistêmicas – via de regra, precisamos confiar em quem detém mais conhecimento que nós, e precisamos reconhecer essa autoridade – mas também são marcadores de identidade, que respondem ao que ele chama de “valores de coerdenação” – valores compartilhados numa determinada comunidade –, e pode haver conflito entre esses dois níveis. Trata-se, segundo o autor, de um conflito que tem raízes profundas na história da cultura humana, mas que agora transborda com a estrutura das redes virtuais. A estratégia do “*firehosing of falsehood*” – o despejo de doses maciças e sistemáticas de mentiras – adotada pela extrema-direita mundial, em paralelo à investida contra a credibilidade das instituições, entre elas a imprensa tradicional e a ciência, como ficou evidente durante a pandemia, “sobrecarrega nossos mecanismos cognitivos, diminuindo assim nossa vigilância epistêmica. O resultado não é tanto uma certa fonte ser vista como confiável, mas tornar a própria ideia de confiabilidade inútil, sugerindo que não existem verdades, mas apenas versões da verdade” (PERINI-SANTOS, 2021, p. 237, tradução nossa).

É o que conduz à destruição da base comum que precisaria existir para que o conhecimento seja compartilhado. Parte dessa base comum é garantida por instituições que produzem e também servem de depositárias do conhecimento. Se o papel dessas instituições deixa de ser universalmente reconhecido, o conhecimento que elas detêm não é mais parte do que todos deveriam dar como certo – por exemplo, que a Terra é redonda, ou que vacinas não são perigosas (PERINI-SANTOS, 2021, p. 242, tradução nossa).

O complexo das ITCs

É preciso, finalmente, compreender o novo cenário criado pelo complexo das info-telecomunicações (ITCs), expressão cunhada por Moraes (2000, p. 13) para definir a convergência de três setores – informática, telecomunicações e comunicação – numa “conjunção de poderes estratégicos relacionados ao campo multimídia”. É nesse quadro de radical concentração que o jornalismo se desenvolve, seja o tradicional, praticado em grandes empresas, seja o alternativo: mesmo quem se lança à contracorrente precisa se inserir nos canais estruturados pelas ITCs.

Schneider (2015, p. 45) afirma que as ITCs, como porta-vozes do capitalismo financeiro globalizado, são o mediador por excelência da luta ideológica contemporânea: “graças à ‘revolução’ digital, esses dispositivos tecnológicos, práticas produtivas e estruturas empresariais até então distintos fundiram-se em um único e gigantesco complexo tecnoempresarial, cuja centralidade econômica e ideológica supera a de seus elementos constitutivos, quando tomados isoladamente”. Significa dizer que representam um salto em relação ao panorama anterior inaugurado pela indústria cultural, ampliando inco-

mensuravelmente o poder de uma estrutura que trabalha no mesmo sentido da produção do “mundo divertido” – ou do “espetáculo”, na clássica definição de Debord (1997) –, permanentemente excitado (TÜRCKE, 2010), que torna cada vez mais difícil o exercício da reflexão e da crítica. A propósito, Dardot e Laval (2016), em seu “ensaio sobre a sociedade neoliberal”, falam em “dispositivo desempenho/gozo”, o sujeito constantemente estimulado à superação indefinida de si mesmo por meio do gozo perpétuo e do desempenho crescentemente maior – daí os estímulos sensoriais constantes.

Esse ambiente de hiperinformação produz a cegueira pelo excesso, a qual, como assinalei em trabalho anterior (MORETZSOHN, 2007), é mais nefasta do que a cegueira pela treva, que os iluministas identificaram e combateram a seu tempo. Pois, diante da escuridão, podíamos ser levados a saber que ignorávamos, e com isso despertar para a necessidade de buscar o conhecimento; já a luz em excesso sugere o pleno acesso à informação e, diante da aparência de visibilidade total, somos levados a ignorar que não sabemos, e nos consolamos nessa ilusão de saber.

Seria interessante indagar por onde andam hoje os arautos da tecnologia libertária diante do controle dos mecanismos do mundo virtual pelas gigantescas corporações do setor – o que, de resto, era perfeitamente previsível, considerando-se a tendência do movimento do capital – e do ambiente tóxico que prevalece nas mídias e nas redes sociais, com a avalanche de desinformação produzida por organizações empenhadas em promover o caos e solapar as bases de qualquer projeto de democracia. Mas esta é apenas uma nota amargamente irônica de quem, como outros, empenhou-se em enfrentar a corrente, sabendo de antemão que fracassaria. Importa, entretanto, assinalar a irresponsabilidade ou a má fé dos que combatiam o jornalismo tradicional como uma atividade que sufocava a manifestação supostamente espontânea e autêntica das pessoas comuns e acenavam com a quimera de um mundo livre dessas amarras, que a tecnologia digital idealmente proporcionaria.

Mas é curioso que a ideologia do “*do it yourself*”, já tão propalada à época, continue a ser alimentada agora, como um dos aspectos do elogio da autonomia individual que, no caso da pandemia, provocou, em diversos países, inúmeras manifestações de rebeldia contra o Estado e estimulou contestações às orientações oficiais sobre, por exemplo, a vacinação, com o argumento de que “eu faço minha própria pesquisa”. Nem vale a pena discutir a diferença entre um leigo e um especialista, mas o interessante é que essas pessoas parecem convictas de que têm acesso indiscriminado à informação, quando seu acesso é controlado por algoritmos que monitoram o comportamento dos indivíduos e lhes direcionam a atenção ao que, supostamente, “devem” consumir.

Da maneira como se estruturou, a internet, em especial depois da constituição das grandes plataformas que controlam o espaço virtual, facilitou a circulação de informações falsas, e não só através de robôs: se, hoje, qualquer pessoa conectada à internet pode divulgar o que quiser, o imediatismo que caracteriza o senso comum favorece o compartilhamento automático do que cai na rede, sem considerações prévias quanto à necessidade de se conferir a origem e a veracidade do que se divulga. Sobretudo quando a informação corresponde a crenças e convicções já sedimentadas ou àquilo em que se deseja acreditar. Daí a necessidade de se questionar a eficácia das recomendações didáticas para que o público busque checar as informações que consome e veicula: essas iniciativas partem do pres-

suposto de que o público *deseja* a informação fidedigna – e, caso bem orientado, rejeitaria o que não é confiável⁶. O problema parece ser bem mais complexo, porque decorre da força do autoengano, que se alimenta da irreflexão. Precisamente, o contrário do lema “penso, logo hesito” – na feliz paráfrase de Giannetti (2005) –, que cultiva a dúvida. Aliás, tomado na perspectiva marxista da emancipação humana, o ideal iluminista do jornalismo poderia ser traduzido exatamente como uma atividade empenhada em fazer e provocar perguntas.

São belas palavras, que precisam encontrar um meio de se concretizar. Por isso é impossível ignorar o quadro descrito acima se quisermos pensar em alguma forma de realizar o potencial transformador do jornalismo, tal qual Genro Filho o concebeu. Mas, para sermos coerentes com os argumentos que sustentam sua tese, precisamos indagar o que mudou estruturalmente na sociedade para verificar se a teoria original continua válida ou se precisa ser atualizada.

A questão essencial

Genro Filho apostava enfaticamente na luta dos jornalistas, dentro das redações e em suas entidades de classe, para uma atuação condizente com o potencial revolucionário de sua atividade. Esse quadro se alterou drasticamente nos últimos 40 anos, em razão das profundas transformações do capitalismo e seus reflexos no mundo do trabalho, num processo iniciado com o que Harvey (1993) chamou de “acumulação flexível” e que configura o que hoje Srnicek (2016) define como “capitalismo de plataforma”, que articula a robotização, a dataficação, a financeirização e a gestão algorítmica do trabalho (GROHMANN, 2020).

No caso do jornalismo, desde a virada do século, o chamado “modelo de negócio” das empresas tradicionais vinha sendo afetado com as novas possibilidades abertas pela internet, e a constituição das grandes plataformas digitais não apenas reestruturou o jornalismo, como afirmaram Bell et al (2017), mas o degradou, como logicamente se conclui diante da exposição dos autores sobre a forma como essas plataformas interferem nos valores jornalísticos, que precisam se submeter à lógica da dataficação para obter mais visibilidade e interatividade com o público. Em paralelo, essas estruturas também financiam a desinformação, com o estímulo às “fazendas de cliques” (HAO, 2021). No campo laboral, Barros et al (2021) apresentam o quadro recente da platformização do trabalho jornalístico, apontando os novos arranjos dos profissionais precarizados na busca de alternativas para continuarem a exercer sua atividade nesse novo contexto, que entretanto dependem das plataformas digitais, como Facebook e Twitter, para se viabilizar.

⁶ Caberia aqui, talvez, um paralelo com as observações de Safatle (2017, online) a respeito dos esforços daqueles que supõem ser possível dialogar com fascistas para convencê-los de que estariam errados: “Faz parte de um iluminismo pueril a crença de que o outro não pensa como eu porque ele não compreendeu bem a cadeia de argumentos. Logo, se eu explicar de forma pausada e lenta, você acabará concordando comigo. Bem, nada mais equivocado. O que nos diferencia é a adesão a formas de vida radicalmente diferentes. Quem quer um fascista [quem opta por votar num candidato com essa proposta] não fez essa escolha porque compreendeu mal a cadeia de argumentos. Ele o escolheu porque adere a formas de vida e afetos típicos desse horizonte político. Não é argumentando que se modifica algo, mas desativando os afetos que sustentam tais escolhas”.

Este brevíssimo resumo permite perceber que a conjuntura atual não guarda qualquer semelhança com o tempo em que Genro Filho escreveu. Por isso, ainda que não avancem numa resposta, Pontes e Pismel (2018, p. 390) colocam a questão essencial: “se foram mudanças estruturais na sociedade que fizeram emergir a necessidade do jornalismo informativo, têm de ser analisadas como as transformações atuais reconfiguram dinamicamente essa necessidade”.

Genro Filho considerava que o jornalismo informativo era fruto da superação dialética das fases mercantil e ideológica que o antecederam e respondia a uma necessidade social. Será justo sustentar que essa necessidade permanece, e é difícil imaginar que uma sociedade complexa possa prescindir desse tipo de informação. No entanto, é forçoso indagar a que tipo de necessidade responde a alienação que grassa nas redes, expressão da prevalência dos “valores de coordenação”, em oposição aos valores epistêmicos. Se esse conflito atravessa as épocas, como diz Perini-Santos, talvez seja o caso de prestar mais atenção à tendência ao autoengano como expressão da alienação humana.

Como já referi anteriormente, esta é uma questão que exige um amplo esforço de investigação, mas é preciso tê-la no horizonte para que se possa orientar o caminho das possíveis respostas às perguntas que se colocam neste momento. Como, num ambiente que convida à dispersão, atrair a atenção do público? Como levar as pessoas a entender que precisam se informar e se capacitar a distinguir o verdadeiro do falso? Como combater a ideia de que as redes sociais não substituem o jornalismo nem podem prescindir de sua mediação? Como furar essas bolhas? Como enfrentar o agendamento comandado por algoritmos? Ou, talvez melhor, como o jornalismo poderá atuar, preservando seu lugar de mediador nesse cotidiano permeado pelas redes digitais que por sua vez são mediadas por algoritmos? Finalmente: se as ITCs são os porta-vozes do capitalismo contemporâneo, se atuam no sentido de conformar o gosto do público (SCHNEIDER, 2015) e se constituem a estrutura inescapável de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, como a informação, como trabalhar dentro delas à contracorrente?

Num artigo em que vincula a crise do jornalismo à crise estrutural do capital, Souza (2018, p. 67) lamenta que, “quando finalmente as pessoas podem ter uma tecnologia avançada de produção comunicacional voltada a criar conteúdos para o mundo, sua decisão estranhada é voltá-la para si próprias, em *selfies*, *tweets*, *snaphats* e *blogs* narcisistas”. Mas não se poderia esperar nada diferente, considerando-se o ambiente em que estão imersas. Nem por isso essas manifestações são necessariamente alienadas, nem são as únicas. Porém, se não encontrarmos formas de afetar essas pessoas, estaremos condenados a defender o ideal de um jornalismo que sempre adia a sua realização.

Trazer a teoria de Genro Filho para a atualidade significa sustentar sua formulação sobre o potencial transformador do jornalismo, mas também entender as novas e muito mais difíceis condições em que ele pode ser praticado. Desde logo, na própria produção de notícias, no sentido mais elementar da redação, diante da radical dispersão da atenção – o que, entretanto, não pode significar a aceitação de um argumento como o de

Boczkowski (2021), para quem é inútil escrever textos longos, se as pessoas não leem⁷; mas, acima de tudo, é preciso considerar o alcance que os “novos arranjos” profissionais podem almejar, diante das limitações impostas pelos algoritmos. Por isso, a antiga e crucial luta política pela democratização da comunicação se amplia agora para a necessidade de limitação do poder das plataformas. Sem isso, fica difícil vislumbrar a recomposição de um ambiente que favoreça a superação da crise epistêmica contemporânea e, com ela, a possibilidade de esclarecimento que o jornalismo pode proporcionar.

Referências

BARROS, Janaína Visibeli et al. A platformização do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. *Avatares de la Comunicación y la Cultura*, Buenos Aires, n. 21, p. 1-21, jun. 2021.

BELL, Emily et al. A imprensa nas plataformas: como o Vale Silício reestruturou o jornalismo. *Revista de Jornalismo ESPM*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 48-83, jul./dez. 2017.

BOCZKOWSKI, Pablo J. *Lecture*: inaugural class of the Graduate Program in Communication at the Federal University of Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2021. 1 vídeo (1:30:30). Disponível em: <<https://acortar.link/killrs5>>. Acesso: em 20 nov. 2021.

CICLO de Debates OBMídia – Entre Fatos e Crenças: Desinformação na Pandemia. Recife: UFPE, 2020. 1 vídeo (1:54:57). Disponível em: <<https://acortar.link/T9ibne>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CONVERSAS: Paolo Demuru e como a Nova Direita usa linguagem. [S.l.]: Meio, 2020. 1 vídeo (1:07:22). Disponível em: <<https://acortar.link/Coakdj>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁷ Em exposição sobre seu mais recente livro, *Abundance: on the experience of living in a world of information plenty*, resultado de pesquisa etnográfica realizada na Argentina, durante aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Boczkowski (2021) comparou o comportamento de seus entrevistados diante de notícias e entretenimento para concluir que as pessoas se interessavam mais por diversão, que sua forma de consumir era dispersiva e que, no caso do jornalismo, só liam o título e eventualmente a chamada da notícia ou da reportagem. Logo, a informação deveria resumir-se a isto. Não sei se vale a pena questionar a impropriedade da comparação entre coisas de natureza distinta – jornalismo de um lado, entretenimento de outro, ainda que a imbricação de ambos, o *infotainment*, exista há muito tempo –, mas dizer que as notícias devem ser telegráficas apenas porque as pessoas não leem nada além de duas frases – quando leem – equivaleria a sustentar que a bibliografia de um curso universitário (ou colegial) deveria ser substituída por meia dúzia de *slides* de PowerPoint ou por algum vídeo do TikTok, apenas porque os estudantes não têm o hábito da leitura. Talvez, em vez de constatar como as pessoas se comportam, fosse mais adequado indagar por que elas se comportam assim.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FUCHS, Christian. *Digital demagogue: authoritarian capitalism in the age of Trump and Twitter*. London: Pluto Press, 2018.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GARCIA, José Luís. *Jornalismo como forma social de conhecimento em um cenário de expansão da desinformação*. Brasília: SBPJor, 2021. 1 vídeo (2:39:40). Disponível em <<https://acortar.link/VM2yar>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GIANNETTI, Eduardo. *Autoengano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr. 2020.

HAO, Karen. How Facebook and Google fund global misinformation. *MIT Technology Review*, 20 nov. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdpa35mb>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HENRIQUES, Rafael Paes. *Linguagem, verdade e conhecimento*. Uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas. Vitória: Edufes, 2014.

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, objetividade, honestidade e coerência*. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____.; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 11-29, 2015.

MACHADO, Caio C. Vieira et al. *Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre o coronavírus via YouTube*. São Paulo: Laut/INCT.DD/Cepedisa, 2020.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Dênis de. A comunicação sob domínio dos impérios multimídias. In: DOWBOR, Ladislau et al (Orgs.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 13-19.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake news, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 540-561, 2019.

_____. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NETTO, José Paulo (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PERINI-SANTOS, Ernesto. What is post-truth? A tentative answer with Brazil as a case study. In: BIANCHI, Bernardo et al (Eds.). *Democracy and Brazil: collapse and regression*. New York: Routledge, 2021. p. 226-249.

PONTES, Felipe Simão. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica*. 2015. 579 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

_____.; PISMEL, Matheus Lobo. A crise de legitimidade dos jornalistas e a economia política: autonomia e heteronomia como chaves explicativas do jornalismo contemporâneo. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 40, n. 1, p. 367-392, jan./abr. 2018.

SAFATLE, Vladimir. Um fascista mora ao lado. *Folha de S.Paulo*, 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yhucmycb>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SACRAMENTO, Igor; SANTOS, Allan; ABIB, Roberto. A saúde na era da testemunha: experiência e evidência na defesa da hidroxicloroquina. *Comunicação, Cultura e Sociedade*, Tangará da Serra, v. 7, n. 1, p. 3-23, 2020.

SCHNEIDER, Marco. *A dialética do gosto: informação, música e política*. Rio de Janeiro: Circuito, Faperj, 2015.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 55-69, maio/ago. 2018.

_____. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 88-97, ago./dez. 2016.

SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. London: Polity, 2016.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Unicamp, 2010.

Sylvia Debossan Moretzsohn

Jornalista, mestre em Comunicação e doutora em Serviço Social. Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense (UFF).